

PESQUISAS EM JORNALISMO A PARTIR DE PERSPECTIVAS FEMINISTAS: A CONTRIBUIÇÃO DO GRUPO DE PESQUISAS ALTERGEN DA ECA/USP¹

*JOURNALISM RESEARCH FROM FEMINIST PERSPECTIVES: THE
CONTRIBUTION OF THE ALTERGEN RESEARCH GROUP AT ECA/USP*

CLAUDIA LAGO²

JANAINA SOARES GALLO³

JOSÉ ILTON PORTO⁴

ISABELLA BERGO CROSTA⁵

LORENA ANDRADE TRINDADE⁶

GABRIEL RAZO DA CUNHA⁷

RESUMO

Este trabalho apresenta pesquisas que entrelaçam gênero e jornalismo, a partir de uma ancoragem em matrizes teórico metodológicas devedoras do feminismo, produzidas no âmbito do Grupo de Pesquisas Alteridade, Subjetividades e Estudos de Gênero nas Comunicações (AlterGen) - ECA/USP. Inicia apresentando o grupo e seus pressupostos, especialmente a necessidade de aprofundar as pesquisas que pensem a Comunicação e o Jornalismo como tecnologias de gênero (De Lauretis, 1994) que devem tentar incorporar o conceito de gênero enquanto categoria de análise (Scott, 2019) e a produção coletiva do conhecimento, entendido como sempre localizado (Haraway 2009). Em seguida apresenta pesquisas desenvolvidas, suas lógicas e resultados, e aponta passos futuros de ações.

Palavras-chave: AlterGen; Pesquisas Situadas; Jornalismo; Estudos de Gênero; Perspectivas feministas.

ABSTRACT

This paper presents research that intertwines gender and journalism, based on theoretical-methodological matrices that are indebted to feminism, produced within the scope of the Research Group on Alterity, Subjectivities and Gender Studies in Communications (AlterGen) - ECA/USP. It begins by introducing the group and its assumptions, especially the need to deepen research that considers Communication and Journalism as gender technologies (De Lauretis, 2019) that should attempt to incorporate the concept of gender as a category of analysis (Scott, 2019)

1 Este texto foi apresentado em versão anterior no 22º Congresso da SBPJor, realizado em novembro de 2024.

2 Doutora em Ciências da Comunicação (USP) e Mestra em Antropologia Social (UFSC). Professora do Departamento de Comunicações e Artes e do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação (PPGCOM) da ECA-USP. E-mail: claudia.lago07@usp.br

3 Mestra pelo PPGCOM ECA/USP. Graduada em Educomunicação pela Universidade de São Paulo. E-mail: janagallo@gmail.com

4 Mestre e doutorando do PPGCOM ECA/USP. Graduado em jornalismo pela Universidade Federal do Pampa. E-mail: iltonporto@gmail.com

5 Mestre e doutoranda do PPGCOM ECA/USP. Graduada em Comunicação Social - Cinema pela Fundação Armando Álvares Penteado. E-mail: isabella.bergo@usp.br

6 Mestra em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina e doutoranda do PPGCOM ECA/USP. Graduada em Comunicação Social - Jornalismo pela Associação Educacional Luterana Bom Jesus/ IELUSC. E-mail: lorena.trindade@usp.br

7 Mestrando do PPGCOM ECA/USP. Graduado em Educomunicação pela Universidade de São Paulo. E-mail: gabrielrazo@usp.br

and the collective production of knowledge, understood as always localized (Haraway 2009). It then presents the research developed, its logic and results, and points out future steps for action.

Keywords: *AlterGen; Situated Research; Journalism; Gender Studies; Feminist Perspectives.*

Introdução

O Grupo Alteridade, Subjetividades e Estudos de Gênero nas Comunicações (AlterGen - ECA/USP) foi criado em 2018, com coordenação de Cláudia Lago (ECA/USP) e participação de Monica Martinez (Uniso). Atualmente conta também com a pesquisadora Dayana Melo, além de diversas/os estudantes de graduação e pós. Este trabalho apresenta as pesquisas desenvolvidas na linha Alteridade, subjetividades e estudos de gênero em narrativas não ficcionais, que tem como objetivo investigar a construção e representação da alteridade e das subjetividades em dispositivos midiáticos, percebendo os sentidos construídos e postos em circulação nesses espaços, especialmente dentro do campo do jornalismo. Apoia-se em autoras/es do campo de Estudos de Gênero e Estudos Feministas, notadamente aquelas que organizam sua produção a partir de um olhar que enquadra as interseccionalidades, sobretudo gênero, raça, etnia, classe, sexualidades, entre outras.

As pesquisas desenvolvem-se em vários níveis, desde aquelas que são produtos de mestrados realizados (e doutorados em andamento) quanto as relacionadas a trabalhos coletivos mais amplos, como a participação massiva de pessoas do grupo no Global Media Monitoring Project (GMMP), em 2020, e agora na próxima edição, a se realizar em 2025, além de pesquisas nacionais, especialmente a recém iniciada "Gênero e sexualidade nos processos criminais e midiáticos: violências e permanências" (chamada CNPq/MCTI N° 10/2023).

O texto inicia apresentando alguns pressupostos da criação do grupo, a partir dos quais se organiza, e em seguida apresenta pesquisas desenvolvidas, ancoradas em matrizes que, como indicado, se organizam a partir de epistemologias feministas e do campo de estudo de gênero e sexualidades: Mulheres periféricas e autorrepresentação: um análise do Nós, Mulheres da Periferia (2020); Coletivos Feministas no Instagram: uma análise do Feminacida (Argentina) e Portal Catarinas (Brasil) (2022); Marcas de resistência das jornalistas LGBTQIA+ à cisheteronormatividade na profissão, (2023); e Mídia, gênero e direitos humanos: uma análise a partir da metodologia do GMMP (2024). Menciona pesquisas em andamento sobre a violência de gênero, e conclui reafirmando a necessidade de ampliação e entrelaçamento de nossas pesquisas ao campo de estudos de gênero.

Pressupostos

No campo das ciências da comunicação e dos estudos de mídia, o entrelaçamento com os estudos de gênero se dá a partir da percepção de que a mídia, em suas mais distintas atividades, é um importante aparato de construção de sentidos sociais. Isto é, os meios de comunicação produzem, ressoam e cristalizam construções de gênero e sexualidade em uma relação direta

com outras instituições da sociedade – família, religião, escolarização, justiça, Estado, etc. As mídias e suas áreas são responsáveis por narrativas e representações que articulam categorias e percepções de gênero. Como Teresa De Lauretis (1994) indica, a mídia é uma importante “tecnologia de gênero”. A autora, abandonando o determinismo biológico, pondera que é necessário:

(...) conceber o sujeito social e as relações da subjetividade com a socialidade de outra forma: um sujeito constituído no gênero, sem dúvida, mas não apenas pela diferença sexual, e sim por meio de códigos linguísticos e representações culturais; um sujeito engendrado não apenas nas relações de sexo, mas também nas de raça e classe: um sujeito, portanto, múltiplo em vez de único, e contraditório em vez de simplesmente dividido (1994, p. 123).

A autora propõe um conceito de gênero que não se confunda meramente com a diferença entre sexos, quer dizer, que não seja uma mera derivação desta diferença. Para separar gênero e diferença sexual, advoga a utilização da perspectiva foucaultiana que vê a sexualidade como uma tecnologia sexual. Ela propõe transcender Foucault, com quem dialoga, observando que este não leva em consideração em sua compreensão da tecnologia sexual apelos diferenciados para sujeitos masculinos e femininos. Desta forma, propõe que “também o gênero, como representação e autorrepresentação (é) produto de diferentes tecnologias sociais, como o cinema, por exemplo, e de discursos e epistemologias e práticas críticas institucionalizadas, bem como das práticas da vida cotidiana” (idem, idem). Para De Lauretis, gênero é representação; representação que é construída; representação que é construída invariavelmente no tempo e em diversos espaços como mídia, escolas, família, espaços jurídicos, mas também na academia, no feminismo, na arte, e que essa construção constantemente se faz também pela sua desconstrução. Desta forma, a construção de gênero posta sempre está a ponto de ser rompida, desestabilizada e refeita.

A construção do gênero, portanto, está sempre em disputa entre grupos que advogam lugares distintos e antagonicos e mobilizam inúmeros aparatos, como as representações constituídas nas mídias. A mídia é uma tecnologia de gênero não homogênea, mas que produz, reproduz e constitui o que se entende por gênero e por relações de gênero, em intercâmbio com outros espaços (como o sistema jurídico, escolar etc.). No entanto, dada a centralidade dos sistemas midiáticos, que se organiza em grande medida no e a partir destes aparatos, é essencial perceber como a mídia constrói e representa o gênero e suas relações. Ou seja, não podemos ignorar o fato de que os meios de comunicação desempenham um papel importante na formação de nossas crenças, percepções e valores que, por sua vez, contribuem para as nossas concepções de gênero, como afirma Fischer (2002):

[...] um lugar extremamente poderoso no que tange à produção e à circulação de uma série de valores, concepções, representações - relacionadas a um aprendizado cotidiano sobre quem nós somos, o que devemos fazer com nosso corpo, como devemos educar nossos filhos, de que modo deve ser feita nossa alimentação diária, como devem ser vistos por nós, os negros, as mulheres, pessoas das camadas populares, portadores de deficiências, grupos religiosos, partidos políticos e assim por diante. Em suma: torna-se impossível fechar os olhos e negar-se a ver que os espaços da mídia constituem-se também como lugares de formação ao lado da escola, da família, das instituições religiosas (Fischer, 2002, p. 153).

Isto se dá de forma acentuada no jornalismo, cuja prática profissional está marcada por concepções e relações de gênero, raça e classe. Esta interferência se percebe nas técnicas de produção da notícia, como mostra o estudo de Márcia Veiga da Silva (2010) com profissionais da área, onde constatou que “os valores das notícias estavam muito relacionados às visões de mundo de meus interlocutores, e que esses valores em muito correspondiam às convenções de gênero e à heteronormatividade.” (Veiga da Silva, 2010, p. 165).

Percebe-se, assim, que o fazer jornalístico condiz com propostas de identidades de gênero hegemônicas (cis-hetero normativas), pois jornalistas fazem parte da sociedade, partilhando com esta visões de mundo que os/as ajudam a estabelecer padrões de normalidade e anormalidade, certo ou errado. “Que constrói versões naturalizadas de “homem/masculino”, “mulher/feminino”, das sexualidades possíveis e “corretas”, das formas de viver aceitáveis – e as não aceitáveis” (Lago, Kazan, Thamani, 2018, p.2). Jornalistas defendem, implicitamente, as normas e valores da sociedade (Veiga da Silva, 2010).

Esta perspectiva se aprofunda quando olhamos especificamente para a produção jornalística, como aponta o Global Media Monitoring Project (GMMP, 2020), maior e mais longo mapeamento sobre equidade de gênero na mídia, realizado desde 1995, pesquisa da qual participaram em peso pessoas do AlterGen.

Ao todo, já foram realizadas seis edições do GMMP, e a cada ano aumenta o número de países participantes, evidenciando um interesse crescente (Noronha, 2023). Apesar do aumento no interesse sobre o tema, o monitoramento mostra um progresso extremamente lento em trazer as vozes das mulheres. O último mapeamento, em 2020, mostra um avanço muito tímido no caminho para a igualdade no setor. As mulheres aparecem em apenas 25% das notícias e, quando aparecem, majoritariamente estão atreladas aos estereótipos de gênero, limitadas ao universo privado e doméstico e às tarefas do cuidado.

Nos dados do Brasil, as assimetrias de gênero podem ser visivelmente observadas ao se identificar que mesmo as mulheres com maior visibilidade ainda são uma minoria entre as pessoas de destaque no cenário político brasileiro. No cruzamento entre as ocupações das pessoas nas notícias e as funções que elas exerciam nos textos, as mulheres em cargos políticos foram apenas 19% dos/as sujeitos/as das notícias em comparação aos 58% dos homens com ocupações políticas que foram identificados como sujeitos das histórias, ou seja, que ocupavam posição central nos relatos. Desequilíbrio semelhante ocorreu entre os/as porta-vozes das notícias, ou seja, entre as pessoas que representam ou falam em nome de outra pessoa, grupo ou organização. Enquanto as mulheres em ocupações políticas foram porta-vozes em apenas 17% das notícias, os homens políticos desempenharam esta função em 46% dos casos. (Noronha, 2023, p.36). Nesse sentido, as mulheres foram fontes de informação em apenas 27% das notícias dos jornais; 26% das histórias veiculadas nas emissoras de rádio; 28% nas peças de TV; 27% nas publicações em sites da internet; e 31% dos tweets. Enquanto isso, os homens ostentam a média de 72,2% entre todos os tipos de suportes midiáticos (GMMP, 2020).

Uma das primeiras questões no monitoramento aborda se os materiais jornalísticos faziam referência à igualdade de gênero, legislação de direitos humanos e políticas. Os resultados mostraram que as notícias relacionadas a essas questões não passavam de 8% das histórias na maior parte dos tópicos, com a previsível exceção das notícias relacionadas ao tópico “Gênero e outros assuntos”. Entretanto, até mesmo neste caso, as questões da igualdade de gênero, legislação e políticas estavam presentes em apenas 67% dos conteúdos.

Como já indicado, houve a participação massiva de pesquisadoras/es do AlterGen, e pessoas agregadas, na pesquisa GMMP Brasil, em 2020 – pessoas já mobilizadas para o próximo levantamento, em 2025. O grupo do AlterGen coletou e analisou o Jornal da Manhã, da Rádio Jovem Pan e a versão online da Folha de S. Paulo. A experiência, além de gerar livro (Noronha, Lago e Terenzo, 2023), produziu pesquisas com a aplicação da metodologia, como é o caso de Gallo (2024), mesas redondas, debates etc.⁸.

Há uma produção jornalística com um olhar hegemonicamente masculinista. Temos, proporcionalmente, pouca produção de pesquisa no campo jornalístico que olhe para este universo a partir da lente dos estudos de gênero. Mapeamentos da produção jornalística de pesquisa têm apontado que o campo, em que pese sua centralidade enquanto tecnologia de gênero (De Lauretis, 1994), além de não produzir volume de pesquisa, muitas vezes peca também no aprofundamento necessário nas construções das pesquisas realizadas, ficando o gênero (e/ou sexualidade) apenas como marcador e não como uma possível categoria de análise (Scott, 1995) capaz de nortear efetivamente o empreendimento científico posto em marcha (Martinez; Lago e Lago, 2016; Martinez; Lago e Heidemann, 2022).

Mapeamentos e diagnósticos⁹

A partir da experiência do grupo com o GMMP Janaina Soares Gallo realizou pesquisa que originou a dissertação *Mídia, gênero e direitos humanos: uma análise a partir da metodologia do GMMP*, defendida em 2024, em que apresentou e aplicou a metodologia adaptada do *Global Media Monitoring Project* (GMMP), contribuindo com o debate sobre o papel da comunicação em relação aos Direitos Humanos, em especial os direitos das mulheres. Como corpus, a autora analisou matérias jornalísticas sobre o tema da dignidade menstrual.

A pesquisa observou conteúdos jornalísticos que mencionaram o termo pobreza menstrual, publicados durante o ano de 2021 em dois veículos de mídia brasileiros: o jornal Folha de S. Paulo (versão online) e o Portal Catarinas. O ano de 2021 foi escolhido por ser um ano importante para a ascensão e consolidação do tema na agenda pública brasileira (Castelhana, 2023).

Ao todo, foram analisadas 28 (vinte e oito) matérias, sendo 23 (vinte e três) da Folha de S. Paulo e 5 (cinco) do Portal Catarinas. Para a autora, não há como negar que o tema da pobreza menstrual recebeu uma cobertura relevante da mídia, que contribuiu para que a temática despertasse o interesse do grande público. Constatou-se que, sobretudo, a Folha de S. Paulo foi provocada a abordar o tema a partir, principalmente, a partir dos projetos legislativos que tratam da distribuição gratuita de absorventes, especialmente após o veto do então presidente à essa medida. Nestas matérias a autora observou o paradigma masculinista, com textos pautados unicamente a partir da lógica do jogo político que estava posto no ano de 2021.

A autora conclui ainda que a maior parte das matérias perde a oportunidade de aprofundar o tema e pensar de maneira mais ampla, por exemplo, quando atrelam a questão apenas ao aspecto material, basicamente à falta de recursos das mulheres mais pobres para terem

8 Disponíveis em: <https://www.youtube.com/watch?v=Wt3ITlWRrsY&list=PLvczGKT7m6lKz3Ccxk8sHXIWUkWufcT0kM>

9 Além de pesquisas mais aprofundadas, o grupo tem produzido análises divulgadas em periódicos com corpus mais restritos. Estes, no entanto, não serão objeto de trabalho pelas limitações de espaço.

acesso aos absorventes e outros itens de higiene. Mesmo quando abordam os incômodos e desconfortos que as mulheres sofrem nos dias em que estão menstruadas, que impactam em seu desempenho no trabalho e nos estudos, geralmente há uma naturalização dessa condição, como se fosse um fato biológico sobre o qual há pouco a fazer.

Outro ponto que vale destacar é sobre quais as mulheres que aparecem nas notícias analisadas, a grande maioria parlamentares que propuseram os projetos de lei ligados à pobreza menstrual e poucas mulheres são apresentadas como especialistas no tema. Se, por um lado, é natural que essas parlamentares figurem como representantes de toda a população feminina que se beneficiaria da medida, isso também permite e reflexão sobre a seleção que a mídia faz sobre quais mulheres são visibilizadas ou invisibilizadas na cobertura jornalística, corroborando uma das conclusões do GMMP 2020, de que a visibilidade das mulheres brasileiras está diretamente relacionada à posição social, política e econômica que ocupam no contexto nacional.

Já o Portal Catarinas, embora tenha publicado uma notícia no mês em que houve um veto presidencial da distribuição gratuita de absorvente, ao longo de todo o ano publicou proporcionalmente, outros conteúdos de boa qualidade sobre o tema, não necessariamente pautados pelo veto. O que reforça a percepção sobre a importância de um jornalismo feminista. As matérias analisadas indicam como a busca por um jornalismo mais engajado, quebrando com o paradigma de objetividade, é essencial para que o jornalismo concretize seu importante papel na difusão de uma cultura de direitos.

Pesquisa que também se volta para pensar os direitos das mulheres, ainda em andamento, é a de doutorado de Lorena de Andrade Trindade, que busca pensar a forma como os veículos se relacionam com a questão do feminicídio. A pesquisadora parte dos dados alarmantes: em 2023, o Brasil registrou o maior número de feminicídios desde a tipificação do crime, a partir da Lei 13.104/2015, a Lei do Feminicídio, promulgada em 9 de março de 2015. Foram 1.463 mulheres assassinadas, um número 1,6% maior do que em 2022, quando 1.437 mulheres tiveram suas vidas ceifadas em decorrência deste crime de gênero e, “mesmo considerando a subnotificação de casos nos primeiros anos de vigência da legislação, ao menos 10.655 mulheres foram vítimas de feminicídio entre 2015 e 2023” (FBSP, 2024, p. 3).

No entanto, no noticiário brasileiro, esses crimes – quando recebem espaço nas pautas de diferentes veículos – costumam ser reportados seguindo uma mesma fórmula, sobretudo em seus títulos: “Mulher é morta”. “Mulher é encontrada morta”, “Jovem é encontrada morta”. O uso da voz passiva é chave nessa lógica, já que esta é uma construção sintática em que um objeto direto passa a ocupar a posição de sujeito, em uma construção que, segundo Sallorenzo (*apud* Oliveira e Rodrigues, 2021, p. 55), é um processo de redução de valência. “Na voz ativa, o sujeito é também o agente da ação e, mais do que isso, aquele que altera o estado final do complemento verbal (no caso, o objeto direto)/paciente”. Na voz passiva, este sujeito, no caso os assassinos, não são evidenciados. A mulher é morta, não há alguém (geralmente um homem) que a matou.

A partir de sua inquietação com a repetição desta fórmula e da percepção da carência de uma abordagem mais humanizada, Trindade desenvolve a pesquisa a fim de compreender: em que medida o Universo, portal voltado especialmente para o público feminino, do Grupo Folha, tem considerado as sugestões de seu manual de boas práticas jornalísticas – para o tratamento de violências de gênero – ao noticiarem casos de feminicídio? Esta investigação tem se baseado na análise de matérias jornalísticas sobre casos de feminicídio pelo veículo da “imprensa hegemônica” se dá pela relevância e espaço que ela segue ocupando na sociedade brasileira, mesmo

no contexto de popularização da internet. Diante de suas observações, outra questão emerge: a forma como a imprensa lida com notícias sobre feminicídios, ao reportá-las, tem contribuído com a ideia de culpabilização das vítimas? É possível afirmar que a escolha pelo tipo de abordagem em nada colabora para uma discussão que faça refletir sobre os reais motivos do número de feminicídios no país? A imprensa habituou-se a minimizar os assassinatos de mulheres quando opta pela repetição da fórmula? Estas questões estão presentes na pesquisa, quase finalizada neste momento.

No AlterGen têm sido produzidas pesquisas que envolvem pensar a produção jornalística a partir das perspectivas apontadas pelos estudos de gênero e sexualidade e forma mais ampla – saindo da binariedade masculino/feminino. É o caso da pesquisa que originou a dissertação *Marcas de resistência das jornalistas LGBTQIA+ à cisheteronormatividade*¹⁰ na profissão, de José Ilton Porto, defendida em 2023, que apresenta uma reflexão sobre as marcas de resistência das jornalistas LGBTQIA+ ao campo “masculinista” cisheterocentrado do jornalismo. Partindo de vivências pessoais e do enquadramento clássico “meninos vestem azul” na infância, desafiado desde cedo, o autor tornou-se jornalista e, como jornalista, percebeu muitos dos discursos familiares e religiosos com os quais já havia convivido. Discursos que, advoga, fazem com que a autocensura se torne um mecanismo de defesa e sobrevivência de muitas jornalistas LGBTQIA+ no mercado de trabalho. Importante apontar que produz uma pesquisa informada pelo lugar da autoria, que se refere a jornalistas no feminino tão somente – em clara vinculação a lógicas feministas de produção de conhecimento, questionadoras da ideia de objetividade, seja ela jornalística ou científica.

Em sua pesquisa, que segue moldes etnográficos, percebe que a resistência se dá, em primeiro lugar, pela autorreferência das pessoas com quem dialogou, como abertamente LGBTQIA+. E é ampliada com as profissionais se posicionando, tanto no trabalho, quanto nas suas redes sociais. Para além disso, elas também quebram estereótipos de gênero que foram impostos aos seus corpos. Jornalistas que mostram que é possível produzir narrativas a favor da alteridade, e que são engajadas com as pautas de gênero, sexualidade e raça, buscando fontes LGBTQIA+ para além das temáticas das suas vivências. Algumas, inclusive, optam pelo jornalismo alternativo para fugir das amarras da cisheteronorma.

Também como resultado da pesquisa, o autor convida a repensar a sociologia da profissão e a prática jornalística, apontando para políticas de diversidade e inclusão reais e consequentes nas organizações jornalísticas. Em um segundo momento, reflete sobre um jornalismo mais sensível às condições humanas e afeito à alteridade. Junto com Veiga da Silva (2014 e 2015) e Gonçalves (2017 e 2022), Porto defende que o jornalismo pode promover melhores encontros de alteridade, a partir do reconhecimento de um Eu em relação ao Outro; que pode romper com atributos masculinistas em suas práticas; que o ensino do jornalismo pode formar profissionais que pautem novas perspectivas e que provoquem mais indagações. E que ajudem a arrebentar a porta do armário das redações.

10 A cisheteronormatividade é um conjunto de normas e expectativas sociais que privilegiam a heterossexualidade e a identidade de gênero cisgênera, marginalizando outras identidades de gênero e de sexualidade

Jornalismo para além do hegemônico

Um esforço importante adotado dentro do grupo é a análise de iniciativas jornalísticas que se contrapõem ao hegemônico, tanto do ponto de vista dos veículos quanto das narrativas.

Nesse sentido ressaltam-se as pesquisas sobre coletivos feministas com produção jornalística, como na pesquisa de Isabella Bergo Crosta, defendida em 2022: *Coletivos Feministas no Instagram: uma análise do Feminacida (Argentina) e Portal Catarinas (Brasil)*.

A autora parte do pressuposto de que o jornalismo alternativo feminista desempenha um papel crucial na disseminação de informações contra hegemônicas, ao desafiar as narrativas dominantes e oferecer perspectivas que frequentemente são negligenciadas ou distorcidas pelos meios de comunicação tradicionais. A mídia feminista alternativa aos meios de comunicação tradicionais tem servido como espaço de organização, informação, cumplicidade e letramento entre grupos de mulheres, sendo importante para as jornalistas e para o público que recebe a informação.

Crosta indica que os coletivos que fornecem as publicações corpus de sua pesquisa, foram criados após a chamada “primavera das mulheres” (Hollanda, 2018) e, por meio de uma etnografia digital (Leitão; Gomes, 2017), analisa o conteúdo postado no Instagram dos grupos, durante uma semana, de julho a agosto do ano de 2021. A autora verifica as estratégias que usam para promover suas agendas feministas e, em certa medida, decoloniais (Crosta, 2023). Foram analisadas 222 postagens do Feminacida e 191 do Portal Catarinas, o que permitiu perceber temas recorrentes, como os conteúdos sobre a cultura do estupro, feminicídio e aborto – temas que apontam para a ausência de autonomia das mulheres sobre seus corpos. O estudo também evidenciou o trabalho de resgate da história de mulheres, bem como a valorização da diversidade cultural nos países, reconhecendo a importância de saberes outros que não os eurocentrados. Por fim, mas não menos importante, a pesquisa soma-se a outras que evidenciam a importância das redes sociais digitais como espaços de articulação do feminismo na atualidade.

É nesse cenário que as experiências da comunicação comunitária, do jornalismo de periferia e Jornalismo de Subjetividade, concepção teórico-prática (Moraes, 2022), têm surgido como um fenômeno importante de combate aos relatos que apequenam as múltiplas experiências e as potências de territórios periféricos. Suas produções colocam luz nas manifestações culturais, sociais, artísticas e outras diversidades locais e, portanto, também têm sido objeto de pesquisas dentro do AlterGen.

É o caso do estudo de Evelyn Medeiros Kazan, que originou a pesquisa, defendida em 2020, *Mulheres periféricas e autorrepresentação: uma análise do Nós, Mulheres da Periferia*.

A pesquisa de Kazan joga luz em uma iniciativa que, dentro do universo feminista, se soma também a propostas de ação contra as narrativas jornalísticas cansadas, estereotipadas e incompletas sobre populações e territórios vulnerabilizados historicamente. Narrativas que, muitas vezes, são produzidas por pessoas que não pertencem a esses grupos e territórios, que são reportados unicamente pela ótica da escassez e da violência.

A autora dissecou outros caminhos possíveis para a prática jornalística na representação de mulheres, principalmente negras e periféricas, destacando que a apropriação dos espaços de escuta nas mídias digitais por mulheres periféricas é uma estratégia de resistência e emancipação, permitindo a desconstrução de discursos e a representação mais autêntica dessas mulheres (2020, p. 156).

Kazan (2020, p. 156) revela que o Nós é uma prática jornalística marcada pela não utilização de fontes tradicionais de notícias, onde as comunicadoras focam em suas próprias experiências e as de outras mulheres periféricas, reforçando a presença e a reescrita desses sujeitos no debate público, possibilitando às mulheres periféricas contar suas histórias, reconstruir memórias e se autorrepresentar de forma autêntica, destacando suas ações e a diversidade de suas vidas e contextos.

Para concluir

O Jornalismo se configurou de forma análoga à de outras instituições de validação do conhecimento, como a Ciência e a Universidade, como um campo eminentemente masculino (Gustafson, 2018). Este olhar patriarcal, mesmo com a entrada massiva de mulheres nas redações, ainda molda a prática jornalística e as decisões editoriais sobre o que é abordado no noticiário e de que forma. As diversas perspectivas de gênero e os estudos feministas trazem luz a isso e propõem formas de superar o masculinismo no jornalismo (Veiga da Silva, 2015).

Paradoxalmente, são poucos (comparativamente) os trabalhos de pesquisa voltados ao jornalismo que se apropriam do vasto campo de estudos de gênero de forma a orientar/iluminar as pesquisas. Em mapeamento recente realizado para apresentação no 13o Fazendo Gênero, em 2024, indicamos¹¹ que nos últimos cinco anos (2019 a 2023), foram produzidas na ECA/USP, no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, apenas sete pesquisas que entrelaçam gênero e jornalismo, três de doutorado e quatro de mestrado. Destas, três ligadas a pesquisadores/as do AlterGen.

O grupo, portanto, desde sua criação, tem desenvolvido não apenas pesquisas que buscam fechar lacunas, mas, especialmente, tem produzido este trabalho em rede, coletivamente, não apenas entre suas e seus membros/as/es, mas também com pessoas de fora. Pesquisas questionadoras do lugar de possibilidade do jornalismo enquanto este tiver o viés masculinista já tantas vezes apontado. Trabalhos que olham para iniciativas outras, coladas em lógicas emancipatórias. Lógicas de construção de conhecimento a partir da coletividade, do comum. Com letramento de gênero, raça, classe, defendendo um jornalismo engajado efetivamente com a transformação social.

Referências

- CROSTA, Isabella Bergo. *Coletivos Feministas no Instagram: Análise do Feminacida (Argentina) e do Portal Catarinas (Brasil)*. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Universidade de São Paulo, 2023.
- DE LAURETIS, Tereza. A tecnologia de gênero. In: HOLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica cultural* Rio de Janeiro, Rocco, 1994. p. 206-242.
- FISCHER, Rosa Maria Bueno. O dispositivo pedagógico da mídia. Modos de educar na (e pela) TV. *Revista Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.28, n. 1, p. 151-162, jan./jun. 2002.

11 A pesquisa foi realizada por Cláudia Lago e Letícia Pinto de Barros.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Feminicídios em 2023*. São Paulo: FBSP, 2024.

GALINDO, Maria. *No se puede descolonizar sin despatriarcalizar*. Teoría y propuesta de la despatriarcalización. Bolívia: Mujeres Creando, 2013.

GALLO, Janaina Soares. *Mídia, gênero e direitos humanos: uma análise a partir da metodologia GMMP*. 2024. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2024. doi:10.11606/D.27.2024.tde-03072024-142747.

GMMP. 6th Global Media Monitoring. Project. Brasil: *Nacional Report. 2020*. Disponível em: <https://whomakesthe-news.org/wp-content/uploads/2021/07/1-Relatorio-GMMP-Brasil-portugues-12-07-21-completo-1.pdf>. Acesso em: 19 de junho de 2024.

GOMES, Laura; LEITÃO, Débora. Etnografia em ambientes digitais: perambulações, acompanhamentos e imersões. *Revista Antropolítica*, n. 42, Niteroi, p. 41-65, 2017. Acesso em: 19 de junho de 2024.

GONÇALVES, Gean. *Signo da diversidade: narrativa e compreensão jornalística com pessoas LGBT*. 168p. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

GONÇALVES, Gean. *Por uma autoria solidária no jornalismo: o ensino de Teoria do Jornalismo e de epistemologia de alteridade*. 2022. 191p. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

GUSTAFSON, Jéssica. *Jornalismo feminista: Estudo de caso sobre a construção da perspectiva de gênero no jornalismo*. 2018. 218 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, Florianópolis, 2018.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, p. 7-41, 2009. Disponível em: periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773. Acesso em 14 out. 2024.

HOLLANDA, Heloisa Buarque. *Explosão feminista: arte, cultura, política e universidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

KAZAN, Evelyn Medeiros. *Mulheres periféricas e autorrepresentação: uma análise do Nós, Mulheres da Periferia*. 2020. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020. doi:10.11606/D.27.2020.tde-09032021-002816

LAGO, Cláudia; KAZAN, Evelyn Medeiros; THAMANI, Manuela. Jornalismo e estudos de gênero: e a interseccionalidade, onde está? In: AGUIAR, Leonardo; SILVA, Marcos Paulo da; MARTINEZ, Monica. (Eds.). *Desigualdades, Relações de Gênero e Estudos de Jornalismo*. São Paulo: Life Editora, 2018. p. 124-140

MARTINEZ, Monica; LAGO, Cláudia; LAGO, Mara Coelho de Souza. Estudos de gênero na pesquisa em jornalismo no Brasil: uma tênue relação. *Revista Famecos*, Porto Alegre, v. 23, n. 2, maio-ago. 2016. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/22464/14180>. Acesso em: 11 jul. 2024.

MARTINEZ, Monica; LAGO, Cláudia; HEIDEMANN, Vanessa. Estudos de gênero na pesquisa em jornalismo no Brasil: a relação tênue continua. *Revista Famecos*, Porto Alegre, v. 29, p. 1-11, 2022. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/download/41919/27417/>. Acesso em: 11 jul. 2024.

MORAES, Fabiana. *A pauta é uma arma de combate: subjetividade, prática reflexiva e posicionamento para superar um jornalismo que desumaniza* / Fabiana Moraes. - 1. ed. - Porto Alegre: Arquipélago, 2022.

NORONHA, Elizângela Carvalho Costa. Da Plataforma de Ação de Pequim ao GMMP 2020 no Brasil: uma discussão à luz da crítica feminista aos media. In: NORONHA, Elizângela Carvalho Costa; LAGO, Cláudia; TERENCEZZO, Karen Regina. *Gênero na mídia: O GMMP Brasil*. 1ª Ed. São Paulo. Editora Paulus, 2023. p. 69-86.

NORONHA, Elizângela Carvalho Costa; LAGO, Cláudia; TERENCEZZO, Karen Regina. *Gênero na mídia: O GMMP Brasil*. 1ª Ed. São Paulo. Editora Paulus, 2023. p. 69-86

OLIVEIRA, Niara de; RODRIGUES, Vanessa. *Histórias de morte matada contadas feito morte morrida: a narrativa de feminicídios na imprensa brasileira*. São Paulo: Editora Drops, 2021.

PORTO, José Ilton. *Marcas de resistência das jornalistas LGBTQIA+ à cisheteronormatividade na profissão*. 2023. 81p. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *In Revista Educação e Realidade*, Porto Alegre: UFRGS, vol 20 no 2, jul/dez, 1995, pp 71-99

VEIGA DA SILVA, Marcia. *Masculino, o gênero do jornalismo: modos de produção das notícias*. 1.ed. Santa Catarina: Insular, 2014.

VEIGA DA SILVA, Marcia. *Saberes para a profissão, sujeitos possíveis: um olhar sobre a formação universitária dos jornalistas e suas implicações dos regimes de saber-poder nas possibilidades de encontro com a alteridade*. 2015. 276 p. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.